

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1887 / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2026-06-08

O Secretário da Mesa

Susana
Correia
(Assinat
ura
Qualific
ada)

Assinado
por: Susana
Correia
(Assinatura
Qualificada)
Data:
08/06/2026
09:32:08
+01:00

Assunto: Critérios do Governo para investimento em infraestruturas da GNR e distribuição de encargos financeiros entre Estado e autarquias

Destinatário:Ministro da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O reforço do investimento público nas forças de segurança, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e a modernização das respetivas infraestruturas constituem objetivos fundamentais para garantir melhores condições operacionais, maior proximidade às populações e maior capacidade de resposta territorial.

É, por isso, positivo que existam investimentos previstos para novas instalações, requalificação de infraestruturas existentes e reforço da capacidade operacional da GNR.

Contudo, a diversidade de modelos de financiamento, execução e concretização destes investimentos levanta dúvidas legítimas relativamente aos critérios adotados pelo Governo e à existência de princípios de equidade, coerência territorial e previsibilidade na execução dos investimentos anunciados.

No concelho de Óbidos, a construção do novo Posto Territorial da GNR assenta num modelo de cooperação interadministrativa firmado em 2019 entre o município, a Secretaria-Geral da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, tendo inicialmente sido estimada em menos de 800 mil euros.

Desde então, após concursos desertos, sucessivos atrasos, reprogramações financeiras e aumentos significativos de custos, a empreitada ultrapassa atualmente os 2,4 milhões de euros, persistindo dificuldades na concretização

efetiva do investimento e sucessivos adiamentos que condicionam decisões e atrasam a execução da infraestrutura.

Já relativamente às futuras instalações do Comando Territorial da GNR de Leiria, importa recordar que foi assinado, em 2023, um protocolo entre a Câmara Municipal, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, tendo o município assegurado a disponibilização do espaço necessário à instalação do equipamento. Porém, decorridos quase três anos, o processo continua dependente da elaboração de estudos técnicos e projetos, aguardando evolução concreta.

Paralelamente, tornou-se público que o Ministério da Administração Interna mantém interesse na aquisição direta do antigo Colégio de São Mamede, na Batalha, num investimento estimado em cerca de 11,9 milhões de euros destinado à instalação de várias valências da GNR, encontrando-se em curso negociações para concretização dessa solução.

Assim, coexistem atualmente modelos substancialmente distintos de intervenção pública relativamente a infraestruturas da mesma força de segurança, quer ao nível dos mecanismos de financiamento, quer ao nível da velocidade de concretização e capacidade de execução dos investimentos previstos.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, pergunta-se ao Governo, através do Ministro da Administração Interna:

1. Quais são os critérios objetivos utilizados pelo Ministério da Administração Interna para determinar o modelo de financiamento e execução aplicável a cada investimento em infraestruturas da GNR?
2. Como justifica o Governo a existência de modelos substancialmente distintos de intervenção pública entre projetos relativos à mesma força de segurança, designadamente nos casos de Óbidos, Leiria e Batalha?
3. Quantos protocolos de cooperação interadministrativa relativos a infraestruturas da GNR se encontram atualmente em vigor e qual a repartição financeira global entre Estado e autarquias?
4. Qual o cronograma previsto pelo Governo para a concretização dos diferentes investimentos anunciados relativamente às infraestruturas da GNR, designadamente no que respeita aos projetos de Óbidos, Leiria e Batalha, incluindo fases de projeto, contratação, início de obra e

conclusão prevista?

5. Como explica o Governo as diferenças existentes relativamente ao ritmo de concretização destes investimentos e que medidas pretende adotar para evitar atrasos sucessivos, reprogramações permanentes e investimentos anunciados sem execução efetiva?
6. Está o Governo disponível para definir critérios nacionais claros, transparentes e uniformes relativamente ao financiamento, calendarização e concretização de infraestruturas das forças de segurança?

Palácio de São Bento, 3 de Junho de 2026

Deputado(a)s

EURICO BRILHANTE DIAS(PS)
CATARINA LOURO(PS)